

FLÁVIO LUIZ YARSHELL
GUILHERME SETOGUTI J. PEREIRA
COORDENADORES

PROCESSO SOCIETÁRIO IV

PREFÁCIO: MANOEL DE QUEIROZ PEREIRA CALÇAS

ADRIANO ERDEI BRAGA TAVARES
ADRIANO HELENA SASSERON
ADRIANO TEIXEIRA GUIMARÃES
ANDRÉ DE ALBUQUERQUE CAVALCANTI ABBUD
ANDREA BRAGA
ANDREA GALHARDO PALMA
ANTONIO PEDRO GARCIA DE SOUZA
BÁRBARA PESSOA RAMOS
CLÁUDIA GRUPPI COSTA
DANIEL DE AVILA VIO
DANIEL KALANSKY
DANIEL KAUFMAN SCHAFER
DANIEL LUIZ YARSHELL
EDUARDO AZUMA NISHI
EDUARDO DE CARVALHO BECERRA
EDUARDO PELLEGRINELLI
EDUARDO SECCHI MUNHOZ
EDUARDO TALAMINI
ELI LORIA
ERASMO VALLADÃO AZEVEDO E NOVAES FRANÇA
FABIO DE SOUZA RODRIGUES MARQUES
FÁBIO ULHOA COELHO
FLÁVIO LUIZ YARSHELL
FRANCO GEVAERD
FREDIE DIDIER JÚNIOR
GABRIELA RISTOW
GIOVANNA RENNÓ DUQUE
GRASIELA CERBINO
GUILHERME SETOGUTI J. PEREIRA
HENRIQUE CUNHA BARBOSA
IGOR BIMKOWSKI ROSSONI
IVO BARI FERREIRA

IVO WAISBERG
JOÃO DE OLIVEIRA RODRIGUES FILHO
JOÃO GUILHERME RACHE GEHRAN
JOSÉ ROGÉRIO CRUZ E TUCCI
JULIANA BONACORSI DE PALMA
LAURA PATELLA
LUCAS BRITTO MEJIAS
LUCAS BURIL DE MACÊDO
LUIS FELIPE BEDENDI
MARCELO BARBOSA SACRAMONE
MARCELO GUEDES NUNES
MARCELO PERLMAN
MARCELO ROBERTO FERRO
MARCELO VIEIRA VON ADAMEK
MARIA RITA REBELLO PINHO DIAS
MARIANA MARTINS-COSTA FERREIRA
MARIANA PARGENDLER
MAX MAGNO FERREIRA MENDES
MIKAEL MARTINS DE LIMA
NELSON EIZIRIK
NEWTON COCA BASTOS MARZAGÃO
NICOLE RACA BROMBERG
PAULA DA ROCHA E SILVA FORMOSO
PAULO CEZAR ARAGÃO
PAULO ROBERTO GRAVA BRAZIL
RAUL LONGO ZOCAL
RENATO BERGER
RENATO VILELA
RODRIGO MENDES DE ARAUJO
SHEILA C. NEDER CEREZETTI
VIVIANE MULLER PRADO
VIVIANE SIQUEIRA RODRIGUES

QUARTIER LATIN

PROCESSO SOCIETÁRIO

VOLUME IV

QUARTIER LATIN

FLÁVIO LUIZ YARSHELL
GUILHERME SETOGUTI J. PEREIRA

Coordenação

PROCESSO SOCIETÁRIO

VOLUME IV

Adriano Erdei Braga Tavares	Ivo Waisberg
Adriano Helena Sasseron	João de Oliveira Rodrigues Filho
Adriano Teixeira Guimarães	João Guilherme Rache Gebran
André de Albuquerque Cavalcanti Abbud	José Rogério Cruz e Tucci
Andrea Braga	Juliana Bonacorsi de Palma
Andrea Galhardo Palma	Laura Patella
Antonio Pedro Garcia de Souza	Lucas Britto Mejias
Bárbara Pessoa Ramos	Lucas Buril de Macêdo
Cláudia Gruppi Costa	Luis Felipe Bedendi
Daniel de Avila Vio	Marcelo Barbosa Sacramone
Daniel Kalansky	Marcelo Guedes Nunes
Daniel Kaufman Schaffer	Marcelo Perlman
Daniel Luiz Yarshell	Marcelo Roberto Ferro
Eduardo Azuma Nishi	Marcelo Vieira von Adamek
Eduardo de Carvalho Becerra	Maria Rita Rebello Pinho Dias
Eduardo Pellegrinelli	Mariana Martins-Costa Ferreira
Eduardo Secchi Munhoz	Mariana Pargendler
Eduardo Talamini	Max Magno Ferreira Mendes
Eli Loria	Mikael Martins de Lima
Erasmão Valladão Azevedo e Novaes França	Nelson Eizirik
Fabio de Souza Rodrigues Marques	Newton Coca Bastos Marzagão
Fábio Ulhoa Coelho	Nicole Raca Bromberg
Flávio Luiz Yarshell	Paula da Rocha e Silva Formoso
Franco Gevaerd	Paulo César Aragão
Fredie Didier Júnior	Paulo Roberto Grava Brazil
Gabriela Ristow	Raul Longo Zocal
Giovanna Rennó Duque	Renato Berger
Grasiela Cerbino	Renato Vilela
Guilherme Setoguti J. Pereira	Rodrigo Mendes de Araujo
Henrique Cunha Barbosa	Sheila C. Neder Cerezetti
Igor Bimkowsi Rossoni	Viviane Muller Prado
Ivo Bari Ferreira	Viviane Siqueira Rodrigues

Editora Quartier Latin do Brasil
São Paulo, outono de 2021
quartierlatin@quartierlatin.art.br

FLÁVIO LUIZ YARSHELL;
GUILHERME SETOGUTI J. PEREIRA (COORDS.)
Processo Societário – Volume IV
São Paulo: Quartier Latin, 2021.

ISBN 978-65-5575-073-7

1. Direito Societário. 2. Processo Civil. 3. Processo Societário. I. Título

Editor

Vinícius Vieira

Produção editorial

José Ubiratan Ferraz Bueno

Diagramação

Victor Guimarães

Finalização

Anderson dos Santos Pinto

Revisão gramatical

Studio Quartier

Capa

Anderson dos Santos Pinto

EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL

Rua General Flores, 508

Bom Retiro – São Paulo

CEP 01129-010

Telefones: +55 11 3222-2423; +55 11 3222-2815

Whatsapp: +55 11 9 9431 1922

Email: quartierlatin@globo.com

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

SUMÁRIO

Prefácio por Manoel de Queiroz Pereira Calças	27
---	----

I. DISSOLUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS NA SOCIEDADE EM CONTA DE PARTICIPAÇÃO, 29

Adriano Erdei Braga Tavares e Raul Longo Zocal

1. Introdução	29
2. Descrição dos temas preliminares	32
2.1. Regime da SCP; projeção interna	32
2.2. Patrimônio especial	35
3. Dissolução	37
4. Direitos do sócio pela dissolução	43
5. Conclusões	51
Bibliografia	52

II. DOSIMETRIA DAS SANÇÕES EM PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR DA CVM: CONSIDERAÇÕES PENAIS E ADMINISTRATIVAS, 53

Adriano Teixeira Guimarães, Juliana Bonacorsi de Palma e Viviane Muller Prado

1. Introdução	53
2. Contexto dos novos critérios de dosimetria da ICVM 607/2019	55
3. Análise do “sistema trifásico” da dosimetria sancionatória na ICVM 607/2019: segurança jurídica e dever regulamentar	63
3.1. Inspiração no Direito Penal	63
3.2. Dever regulamentar do programa sancionador	66
3.3. A CVM cumpriu com o seu dever regulamentar do processo sancionador trifásico com a ICVM 607/2019?	67
a. Primeira fase: definição da pena-base	68
b. Segunda fase: agravantes e atenuantes	70
c. Terceira fase: causa de redução da pena	71
4. Uma proposta para superar a indeterminação dos critérios de dosimetria da ICVM 607/2019	71

**III. ARBITRAGEM SOCIETÁRIA: AUTORIDADE DA SENTENÇA
ARBITRAL E A REGRA SOBRE INFORMAÇÃO E PARTICIPAÇÃO
DOS INTERESSADOS NAS DISPUTAS SOBRE RELAÇÕES INCINDÍVEIS, 77**
André de Albuquerque Cavalcanti Abbud e Paulo Cezar Aragão

1. Introdução: o problema.....	77
2. A coisa julgada e os efeitos das sentenças em relação a terceiros: premissas	80
3. Eficácia e autoridade da sentença nas relações jurídicas incindíveis: posições.....	83
4. A comunicação da arbitragem aos terceiros interessados: meios, desafios e soluções	93
4.1. A questão da confidencialidade.....	98
4.2. A quem caberia o dever de comunicar?.....	99
4.3. Qual seria o ato normativo mais adequado para a regulação? A concorrência e o diálogo entre as fontes.....	100
5. Conclusão	105
6. Bibliografia	106

**IV. OS MÉTODOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS
SOCIETÁRIAS: UMA ESCOLHA EFICIENTE NO BRASIL?, 109**

Andrea Galhardo Palma

Introdução	109
1. O Sistema Multiportas e os Diferentes Métodos Alternativos	110
2. As Peculiaridades das Disputas Societárias e a Questão da Escolha do Método Eficiente ou do Desenho de disputa.....	117
3. Os Entraves Culturais e Estruturais	119
4. A importância de uma política nacional de incentivo ao uso das ADRs	121
Conclusão	122
Referências Bibliográficas.....	123

V. O CONTROLE JUDICIAL DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO CELEBRADO COM A EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL: O ALCANCE E AS LIMITAÇÕES DO NOVO ART. 69-B DA LEI Nº 11.101 DE 2005, 125

Antonio Pedro Garcia de Souza

O Objeto deste Artigo.....	125
I. O Financiamento da Empresa em Crise	126
a. Sua justificativa e necessidade	126
b. O controle de legalidade do contrato de financiamento com o devedor	128
II. O Tratamento do Financiamento do Devedor em Recuperação e o	
Controle Judicial e Recursal Estabelecido pela Lei 14.112 na LRE	130
a. O novo tratamento legal do financiamento do devedor na LRE	130
b. O art. 69-B: seu propósito e a problemática associada	132
III. Análise Crítica do Art. 69-B	134
a. O teor do dispositivo é constitucional?.....	134
b. A opção legislativa é adequada?	136
c. Questões concretas e pontuais relacionadas à interpretação	
do art. 69-B	142
Conclusão	147
Bibliografia	149

VI. O DOLO ACIDENTAL EM CONTRATOS DE COMPRA E VENDA DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA: CRITÉRIOS PARA A QUANTIFICAÇÃO DOS DANOS, 153

Cláudia Gruppi Costa e Guilherme Setoguti J. Pereira

1. Introdução	153
2. Noções preliminares sobre o dolo accidental	155
3. Quantificação de danos em caso de dolo accidental: qual	
é o interesse buscado pelo <i>deceptus</i> ?.....	159
4. Certeza do dano: apenas o dano certo é passível de indenização.....	161
4.1. A comprovação da vontade do deceptor como elemento	
de quantificação	164
5. Nexo de causalidade.....	172
5.1. As teorias do nexo de causalidade	172
5.2. A relevância do nexo de causalidade para a quantificação do	
dano nas hipóteses de dolo accidental	176

5.3. A culpa da vítima: seu impacto na cadeia causal e na quantificação do dano.....	178
5.4. O critério para a quantificação nas hipóteses de culpa concorrente	181
6. Conclusão	185
Bibliografia	186

VII. CONTAS, QUITUS E RESPONSABILIDADE DOS ADMINISTRADORES, 189

Daniel de Avila Vio e Adriano Helena Sasseron

1. Introdução	189
2. Origem do <i>Quitus</i> e Particularidade do Regime Brasileiro	190
3. O Sentido do <i>Quitus</i> (Fundamento Teleológico)	194
4. As Deliberações sobre as Contas e as Demonstrações Financeiras	196
4.1. Natureza Jurídica; Distinção entre Objeto e Efeitos da Deliberação.....	196
4.2. Distinção entre Contas e Demonstrações Financeiras	199
4.3. Aprovação com Reserva.....	202
4.4. Impedimento de Voto e Conflito de Interesse	206
4.5. Rejeição	210
4.6. “Voto Verdade”, Declaração de Vontade e Acordo de Acionistas.....	211
5. Efeito Exoneratório	213
5.1. Extensão Subjetiva.....	213
5.2. Extensão Objetiva.....	215
5.3. O Peso das Informações Prestadas e a Divergência entre os Coautores	217
6. O Labirinto da Impugnação do <i>Quitus</i> no Direito Brasileiro	221
6.1. Irrevogabilidade da Exoneração	221
6.2. Legitimidade Ativa e Passiva	224
6.3. Decadência e Prescrição.....	227
7. Conclusões.....	229

VIII. BREVES REFLEXÕES SOBRE A DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADE E O PAGAMENTO DE HAVERES NAS GRANDES BANCAS DE ADVOCACIA, 231

Daniel Luiz Yarshell

1. Introdução e objetivo deste artigo	231
2. “Atividade econômica organizada”, “elemento de empresa” e grandes estruturas	232
3. Apuração de haveres	238
a. Da possibilidade de apuração ampla do patrimônio imaterial, inclusive à luz de doutrina e jurisprudência do STJ	239
b. Reflexões sobre o julgamento do REsp 1.227.240/SP e sobre a coexistência de sociedades de advogados com atuação empresarial....	244
c. Das eventuais limitações impostas pelo contrato social	248
4. Reflexões sobre os efeitos da extinção do vínculo societário em relação ao sócio: cláusula de <i>non compete</i> e teoria do terceiro cúmplice	253
5. Conclusão	256
6. Bibliografia	257

IX. O CRITÉRIO DE APURAÇÃO DE HAVERES NA DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADES E O PRINCÍPIO DA PRESERVAÇÃO DA EMPRESA, 259

Eduardo Azuma Nishi

1. Introdução – Relevância do tema.....	259
2. Evolução Normativa dos Critérios de Apuração de Haveres	260
3. Atual critério legal de apuração de haveres	266
4. Tratamento dos Intangíveis.....	270
5. Orientação Jurisprudencial em relação ao fundo de comércio na apuração de haveres	275
6. Conclusão	284
Bibliografia	289

X. A OBRIGAÇÃO DE NÃO CONCORRÊNCIA À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA, 291

Eduardo Pellegrinelli

1. Introdução	291
2. Validade	292
2.1. Aspectos gerais.....	292
2.2. Interpretação restritiva	294
2.3. Limites material, espacial e temporal	295
2.4. Cláusula excessiva	298
2.5. Interpretação dos contratos.....	298
2.6. Obrigação acessória	299
3. Ampliação Subjetiva	300
3.1. O porquê da ampliação subjetiva	300
3.2. Situações em que a ampliação subjetiva é admitida.....	301
3.3. Situações em que a ampliação subjetiva não é admitida.....	305
4. Meios para Imposição da Obrigação	306
4.1. Aspectos gerais.....	306
4.2. Interrupção da atividade	308
4.3. Multa diária	308
4.4. Cláusula penal.....	308
5. Proximidade com a Concorrência Desleal	312
6. Conclusão	317
7. Bibliografia	318

XI. A TIPOLOGIA SOCIETÁRIA E SUA FUNÇÃO ECONÔMICA. DISSOLUÇÃO PARCIAL DA SOCIEDADE ANÔNIMA FECHADA, PRINCÍPIO DA INTANGIBILIDADE DO CAPITAL E CARÁTER INSTITUCIONAL DA EMPRESA, 319

Eduardo Secchi Munhoz

I. Introdução	319
II. Função socioeconômica do princípio da intangibilidade do capital social	322
III. A tendência de aplicar à sociedade anônima fechada o regime jurídico próprio das sociedades do Código Civil e suas consequências econômicas.....	325
IV. A dissolução parcial da companhia fechada na jurisprudência e no Código de Processo Civil, de 2015	328
V. Síntese das conclusões	332

XII. COISA JULGADA E EFEITOS DA SENTENÇA NA AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE DELIBERAÇÃO SOCIETÁRIA, 335

Eduardo Talamini

1. Introdução	335
2. A definição da coisa julgada	336
3. Limites subjetivos da coisa julgada.....	340
3.1. Parâmetros constitucionais.....	340
3.2. Extensão dos efeitos da sentença a terceiros – Relevância da distinção entre efeitos e coisa julgada.....	341
3.3. Pluralidade de legitimados para a impugnação da deliberação: efeitos da sentença e coisa julgada	344
3.4. A hipótese de colegitimados com interesse na declaração de validade da deliberação	348
3.5. A disposição da segunda parte do art. 506 do CPC	351
3.6. Negócios processuais societários para a ampliação subjetiva da coisa julgada.....	354
4. Limites objetivos da coisa julgada	358
5. Limites temporais da coisa julgada	362
6. A validade da deliberação societária como questão prejudicial.....	369
7. Autoridade da sentença arbitral sobre impugnação de deliberação societária.....	370
8. Conclusão	371
Referências bibliográficas	374

XIII. SOLICITAÇÃO DE LISTA DE COTISTAS EM FUNDOS DE INVESTIMENTO, 379

Eli Loria e Daniel Kalansky

1. Introdução	379
2. As normas da Lei das S.A. que permitem o acesso às informações dos demais acionistas.....	381
2.1. Art. 100, §1º, da Lei das S.A.....	381
2.2. Arts. 126, §3º, da Lei das S.A.	386
2.3. Conclusões acerca dos dispositivos de que dispõem os acionistas	390
3. Da possibilidade de aplicação das disposições da Lei das S.A. aos fundos de investimento	390

4. Barreiras ao acesso de informação pelos cotistas de fundo de investimento	393
5. Conclusão	399

XIV. NOTAS À AÇÃO DE RESPONSABILIDADE CIVIL CONTRA AÇIONISTA CONTROLADOR, 401

Erasmus Valladão Azevedo e Novães França e Marcelo Vieira von Adamek

1. Introdução	401
2. O sistema das ações de responsabilidade civil contra acionista controlador.....	403
3. Ação social de responsabilidade civil contra acionista controlador.....	404
3.1. Procedimento, objeto e pedido	405
3.2. Legitimação ativa (ordinária e extraordinária)	405
3.3. Legitimação passiva: acionista controlador	407
3.4. Jurisdição e competência.....	414
3.5. Valor da causa	416
3.6. Prova.....	419
4. Ação individual de responsabilidade civil contra acionista controlador	422
5. Outros temas controvertidos.....	425
5.1. Prévia deliberação assemblear	425
5.2. Legitimação e controle totalitário conjunto	426
5.3. Prêmio e honorários de advogado	430
5.4. A posição jurídica do administrador	430
5.5. A Lei das Estatais e a responsabilidade do controlador	433
6. Bibliografia	436

XV. A DISSOLUÇÃO TOTAL NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, 441

Fábio Ulhoa Coelho

I. Introdução	441
II. Dissolução total e liquidação de sociedade.....	443
II.1. As modalidades de dissolução-ato	444
II.2. A liquidação da sociedade	444
II.3. Dissolução-ato judicial e liquidação extrajudicial.....	445
III. Liquidação da sociedade dissolvida	446

III.1. Decisões judiciais sobre a liquidação extrajudicial	447
III.2. Escolha do liquidante	448
III.3. Liquidação de sociedade sem liquidante.....	449
IV. A liquidação da sentença dissolutória	450
V. Conclusão: coisa julgada e recomposição da sociedade.....	452

XVI. PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVA DESVINCULADA DA URGÊNCIA NA ARBITRAGEM: RÉQUIEM? 455

*Flávio Luiz Yarshell, Viviane Siqueira Rodrigues,
Eduardo de Carvalho Becerra e Fabio de Souza Rodrigues Marques*

1. Introdução	455
2. Da natureza jurisdicional da atividade desenvolvida na produção antecipada de prova	457
3. Segue: do conflito existente na produção antecipada da prova	460
4. Segue: submeter a produção antecipada da prova ao controle dos árbitros é coerente com a jurisdição arbitral	465
5. Conclusão	471

XVII. ALIENAÇÃO (JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL) DE BEM POR SOCIEDADE DIFERENTE DA CREDORA QUE COMPÕE GRUPO SOCIETÁRIO – UM BOM EXEMPLO DE NEGÓCIO JURÍDICO EXECUTIVO SOBRE LEGITIMIDADE, 473

Fredie Didier Júnior e Lucas Buril de Macêdo

1. Introdução: uma situação prática que merece cuidado teórico	474
2. Exame da alienação judicial no CPC/2015.....	475
2.1. Considerações teóricas sobre a alienação judicial	475
2.2. Características da alienação por iniciativa particular	478
2.3. Enquadramento legal da alienação efetivada por sociedade componente do grupo societário da exequente	483
2.4. Atuação de outra sociedade do mesmo grupo de sociedades na condução da alienação judicial como alienação judicial promovida pelo exequente	486
3. Riscos jurídicos processuais da alienação por iniciativa particular por sociedade diversa e medidas para sua atenuação	491

3.1. Oposição do devedor	491
3.2. Convenção processual nos contratos para fixar a técnica processual adequada para a alienação do bem	495
4. Alienação extrajudicial no caso de busca e apreensão (art. 2º do Decreto-Lei nº 911/1969)	500
5. Conclusões	503
6. Referências	504

**XVIII. OS PRAZOS NA LEI DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL:
ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DOS PRAZOS PARA O *STAY PERIOD*,
PARA APRESENTAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL
E PARA CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE CREDITORES, 507**

Gabriela Ristow e Laura Patella

Introdução	507
1. Panorama dos prazos da Lei 11.101/2005 e alguns destaques	509
2. O prazo do artigo 6º da Lei 11.101/2005: objetivo e finalidade	511
2.1. Hipóteses de prorrogação e fundamentos legais	515
3. O prazo do artigo 53 da Lei 11.101/2005: objetivo e finalidade	520
3.1. A possibilidade de modificação do plano de recuperação judicial até a aprovação em assembleia geral de credores	523
4. O prazo do artigo 56, §1º, da Lei 11.101/2005: objetivo e finalidade	527
4.1. A compatibilização com os demais prazos e a possibilidade de prorrogação	529
5. A regra do Código de Processo Civil sobre a contagem de prazos em dias úteis e dias corridos	533
5.1. Análise da aplicação da regra do artigo 219 do Código de Processo Civil à Lei 11.101/2005 pelos tribunais	535
5.2. A solução dada pelo Projeto de Lei 4.458/2020 à contagem dos prazos na recuperação judicial	541
Considerações finais	542
Bibliografia	543

**XIX. A CONTROVERSA TUTELA COLETIVA DE
DIREITOS DO MERCADO DE CAPITAIS, 545**

Grasiela Cerbino

I. Contextualização fática e relevância do tema	545
II. O exercício da tutela coletiva de direitos e suas controvérsias	547
i. A legitimidade ativa.....	547
ii. A legitimidade passiva	551
iii. A arbitrabilidade das demandas coletivas	552
iv. O sigilo.....	555
v. A participação do Ministério Público.....	556
vi. A quantificação dos danos.....	556
III. Origem histórica do instituto	561

**XX. RELATÓRIO OCDE SOBRE AÇÕES DERIVADAS E ARBITRAGEM
COLETIVA. "PRIVATE ENFORCEMENT OF SHAREHOLDER RIGHTS:
A COMPARISON OF SELECTED JURISDICTIONS AND POLICY
ALTERNATIVES FOR BRAZIL", 565**

Guilherme Setoguti J. Pereira

1. Introdução	565
1.1. Introduction.....	566
1.2. Derivative Lawsuits Under Brazilian Law	568
1.3. Derivative lawsuits against managers (directors and officers) (LSA article 159).....	571
1.4. Issues for consideration/Recommendations.....	574
1.5. Derivative lawsuit against the controlling shareholder (LSA article 246).....	579
1.6. Cost of the proceedings	581
1.7. Issues for discussions/Recommendations.....	585
1.8. Minimum ownership thresholds (LSA article 291).....	590
1.9. Issues for consideration/Recommendations.....	591
1.10. Subsequent control over a derivative suit and settlements.....	593
1.11. Mechanisms to reduce the information asymmetry among shareholders, the company, the controlling shareholder and managers....	593
1.12. Collective Arbitration Under Brazilian Law.....	596

1.13. Confidentiality.....	603
1.14. Issues for discussion/Recommendations	604
1.15. Conclusions	626
Notas de Fim.....	631

**XXI. APONTAMENTOS ACERCA DOS CONFLITOS FINANCEIROS
NO ENTORNO DA COMPANHIA (REEMBOLSO, AUMENTO DE
CAPITAL, DIVIDENDOS, RESERVAS E RETENÇÕES DE LUCROS):
O CONTENCIOSO SOCIETÁRIO ENTRE O DIREITO,
A CONTABILIDADE E AS FINANÇAS CORPORATIVAS, 645**

Henrique Cunha Barbosa

1. Delimitação do Tema.....	645
2. O Dilema do Valor do Reembolso e sua Aferição.....	647
3. Aumentos de Capital e suas Controvérsias	655
4. Usos e Abusos na Distribuição de Resultados, Dividendos, Reservas e Retenções.....	668
5. Considerações Finais	678

**XXII. EVICÇÃO DE BEM INTEGRALIZADO EM SOCIEDADE
ANÔNIMA: NOTAS SOBRE O REGIME DE RESPONSABILIDADE
CIVIL DO ACIONISTA SUBSCRITOR, 681**

Igor Bimkowski Rossoni

1. Introdução.....	681
2. O capital social e a proteção conferida a ele pela LSA.....	683
3. A equiparação da responsabilidade civil do acionista à do vendedor.....	686
4. Alternativas para recomposição do capital social	690
5. Prazo prescricional e seu termo a quo	692
6. Valor da indenização	698
7. Sucessão processual, denunciação da lide e autonomia da ação de evicção.....	700
8. Conclusão	702
Bibliografia	703

**XXIII. DISSOLUÇÃO PARCIAL, RECESSO E APURAÇÃO
DE HAVERES EM S/As FECHADAS, 705**

Ivo Bari Ferreira e Renato Vilela

1. Introdução	705
2. Dissolução Parcial e Recesso em S/As Fechadas.....	706
2.1. Recesso na Lei das S/A.....	707
2.2. Retirada pelo CPC/2015 (art. 599, § 2º)	710
2.3. Retirada por Quebra de <i>Affectio Societatis</i> e Exclusão de Acionista de S/A Fechada.....	713
3. Reembolso ou Apuração de Haveres em S/As Fechadas	719
3.1. Operação de reembolso.....	720
3.2. Apuração de haveres	721
3.3. Reembolso ou apuração de haveres em sede de dissolução parcial?	723
4. Conclusões.....	724
Bibliografia	725

**XXIV. A IMPOSSIBILIDADE DE RECUSA DA COMPANHIA AO
REGISTRO NOS LIVROS SOCIAIS E AS MEDIDAS JUDICIAIS
CABÍVEIS PARA QUE A FUNÇÃO REGISTRAL SEJA CUMPRIDA, 727**

Ivo Waisberg e Bárbara Pessoa Ramos

1. Considerações Preliminares	727
2. A Natureza da Inscrição no Livro de Registro de Ações Nominativas e o seu Efeito Constitutivo de Direito.....	728
3. Os Limites da Competência Registral Atribuída à Companhia	733
4. A Recusa ao Registro nos Livros Sociais e as Consequências Advindas de Tal Conduta.....	736
5. Conclusão	744
6. Bibliografia	745

XXV. UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE A INTERVENÇÃO JUDICIAL NA VONTADE COLETIVA RESULTANTE DA ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES NO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E A POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DE REGRAS DE DIREITO SOCIETÁRIO PARA SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS, 747

João de Oliveira Rodrigues Filho

1. Introdução – Ontologia da Recuperação Judicial e Hermêutica	747
2. Da Assembleia Geral de Credores na Recuperação Judicial	757
3. Proteção do Direito dos Minoritários pelas Regras da Sociedade Anônima – Breves Reflexões	759
4. Recuperação Judicial e a Vontade Coletiva Extraída da AGC – Reflexões sobre os Limites da Intervenção Judicial	761
5. Conclusão	771

XXVI. A BANALIZAÇÃO DA DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE ANÔNIMA NO BRASIL: A AUSÊNCIA DE *DISTINGUISHING* NA EVOLUÇÃO JURISPRUDENCIAL, 773

João Guilherme Rache Gebran e Mariana Pargendler

1. Introdução	773
2. Breve síntese da evolução jurisprudencial sobre a dissolução parcial de sociedade anônima.....	777
3. O caso Cocelpa como caso difícil.....	781
a. Breve síntese fática	781
b. O Recurso Especial do caso Cocelpa	782
c. Os Embargos de Divergência do caso Cocelpa	784
4. O caso Indústria Kirchner e a ausência de <i>distinguishing</i>	788
a. Breve síntese fática	788
b. Recurso Especial.....	789
c. O julgamento dos Embargos de Divergência do caso Indústria Kirchner	789
5. A proliferação da heterodoxia em razão da ausência de <i>distinguishing</i> : a confusão entre dissolução parcial e exclusão de acionista.....	793
6. Conclusão	795
7. Bibliografia	796

XXVII. QUESTÕES POLÊMICAS ACERCA DA SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL DO ACIONISTA, 799

José Rogério Cruz e Tucci

1. O acionista como legitimado extraordinário	799
2. Efeitos substanciais da relação entre substituto e substituído.....	800
3. A previsão legal da Lei das S/A	801
4. Inequívoca natureza processual da multa por litigância de má-fé	802
5. Raciocínio inverso a demonstrar que a multa deve ser revertida ao substituto processual.....	804
6. Rateio do prêmio destinado ao acionista minoritário.....	805
Bibliografia	811

XXVIII. INTEGRAÇÃO DE TERCEIROS E CONSOLIDAÇÃO DE PROCEDIMENTOS EM ARBITRAGENS SOCIETÁRIAS, 813

Lucas Britto Mejias

1. Introdução	813
2. Consolidação de procedimentos e integração de terceiros	817
3. Requisitos para a sua utilização.....	819
i. Conveniência	819
ii. Existência de convenções arbitrais idênticas ou compatíveis.....	821
iii. Consentimento das partes	823
iv. Paridade na eleição do tribunal arbitral (ou, ao menos, a renúncia a tal prerrogativa)	825
v. Respeito ao sigilo.....	828
4. Tratamento conferido ao tema pelos regramentos arbitrais mais utilizados em âmbito nacional.....	830
5. Conclusão	835
6. Bibliografia	835

XXIX. A AÇÃO DE EXIGIR CONTAS E AS SOCIEDADES LIMITADAS, 837

Luis Felipe Bedendi

I. Introdução	837
II. A ação de exigir contas no Código de Processo Civil	838

III. A administração das sociedades limitadas como objeto das prestações de contas.....	840
IV. As contas.....	842
V. Conclusão.....	850
Bibliografia	850

XXX. MEIOS DE SOERGUIMENTO DA EMPRESA EM CRISE NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL, 853

Marcelo Barbosa Sacramone e Max Magno Ferreira Mendes

Introdução	853
1. As diversas modalidades de crise da empresa.....	856
2. Plano de Recuperação Judicial e a negociação estruturada.....	859
3. Meios de Recuperação Judicial	861
4. A adequação dos meios de recuperação em relação à crise da atividade empresarial	864
Conclusão.....	866
Bibliografia	866

XXXI. DISSOLUÇÃO PARCIAL, APURAÇÃO DE HAVERES E SINCRETISMO PROCESSUAL, 869

Marcelo Guedes Nunes, Mikael Martins de Lima e Rodrigo Mendes de Araujo

1. Resolução da sociedade e apuração de haveres.....	869
2. Apuração de haveres como ação e como fase de liquidação	870
3. (Im)possibilidade ontológica e moda estatística.....	871
4. Oxímoros e metonímias.....	872
5. Apuração de haveres implícita ao pedido de resolução.....	874
6. Desafios da legitimação na ação de dissolução parcial.....	877
7. Legitimidade ativa	877
8. Legitimidade ativa no caso de exercício de direito de retirada	878
9. Legitimidade ativa no caso de exclusão.....	878
10. Legitimidade ativa no caso de morte	879
11. Legitimidade passiva.....	881
12. Legitimidade passiva na retirada ou recesso.....	881
13. Legitimidade passiva na exclusão.....	883
14. Legitimidade passiva na apuração de haveres.....	883

**XXXII. O PODER-DEVER DO JULGADOR
DE ESTIMULAR A MEDIAÇÃO, 887**

Marcelo Perlman e Franco Gevaerd

1. Introdução	887
2. O Poder-Dever do Juiz de Estimular a Mediação	890
3. Delimitações do Poder-Dever do Juiz de Estimular a Mediação	896
4. Possíveis Críticas.....	904
5. O Estímulo à Autocomposição no Âmbito da Arbitragem	907
6. Conclusão	910

**XXXIII. CONFIDENCIALIDADE NA ARBITRAGEM:
O ABUSO NAS EXCEÇÕES, 913**

Marcelo Roberto Ferro

Introdução	913
I. As fontes das exceções ao princípio da confidencialidade.....	914
A. Leis nacionais	914
B. Os regulamentos institucionais.....	917
II. O exercício abusivo do direito ao afastamento da confidencialidade (ou “a ilegitimidade das causas legítimas”).....	922
A. O abuso na divulgação por força de procedimento de anulação de uma sentença arbitral	922
B. Abuso na divulgação exigida pela regulamentação sobre transparência aplicável ao mercado financeiro	924
C. Exceção à exceção do interesse público, ou interesse da justiça	929
D. Abuso na divulgação de petições ou documentos em processos paralelos	931
Conclusão	934

**XXXIV. TEMAS ATUAIS E CONTROVERTIDOS DA
AÇÃO DE RESPONSABILIDADE CIVIL CONTRA
SOCIEDADE CONTROLADORA (LSA, ART. 246), 937**

Marcelo Vieira von Adamek

1. Introdução	937
2. Ação social derivada: o instrumento processual de tutela da minoria e a necessária calibração teleológica do metro exegético.....	938

3. O prêmio: base de cálculo e percentual	943
4. Os honorários de advogado: base de cálculo, percentual e aplicação da regra nos processos judicial e arbitral.....	946
5. Os critérios de divisão do prêmio e dos honorários entre litisconsortes ativos	952
6. A caução e a sua fixação	955
7. Bibliografia	957

XXXV. A IMPROVÁVEL, MAS EXISTENTE, AÇÃO DE DESEMPATE DE DELIBERAÇÕES ASSEMBLEARES: BREVES ANOTAÇÕES DE DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL – PELA PERSPECTIVA DO JULGADOR. A INCOMPATIBILIDADE DO TEMPO DO PROCESSO COM O TEMPO DO NEGÓCIO, 961

Maria Rita Rebello Pinho Dias

1. Breves considerações sobre aspectos de Direito Material da Ação de Desempate.....	962
2. Breves considerações sobre aspectos de Direito Processual da Ação de Desempate.....	972

XXXVI. O PRINCÍPIO DA COMPETÊNCIA-COMPETÊNCIA E A AÇÃO DE RESPONSABILIDADE CIVIL CONTRA O ACIONISTA CONTROLADOR DE SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA: ANÁLISE DA DECISÃO PROFERIDA PELO STJ NO CC Nº 151.130/SP, 979

Nelson Eizirik, Andrea Braga e Giovanna Rennó Duque

Introdução	979
A decisão proferida pelo STJ no CC nº 151.130/SP.....	980
A relativização do princípio da competência-competência em caso de “vício flagrante” e os parâmetros para a sua configuração	985
A vinculação do acionista controlador de sociedade de economia mista à cláusula compromissória estatutária	989
A responsabilização civil do acionista controlador de sociedade de economia mista	993
Análise das teses jurídicas acolhidas pelo STJ no CC nº 151.130/SP	998

Conclusão	1001
Bibliografia	1003

XXXVII. ARBITRAGEM COLETIVA SOCIETÁRIA: NOTAS CRÍTICAS SOBRE O SEU EMPREGO À LUZ DO REGIME DA SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL, 1007

Newton Coca Bastos Marzagão e Daniel Kaufman Schaffer

1. Introdução e delimitação do objeto.....	1007
2. Arbitragem coletiva societária por substituição: o que é?	1011
3. Falta de autorização legal para legitimação extraordinária em arbitragem	1015
3.1. Restrições à aplicação do Código de Defesa do Consumidor	1018
3.2. Legitimidade exclusiva do Ministério Público: tutela coletiva restrita a processos estatais. Inviabilidade de arbitragem coletiva societária.....	1019
4. Falta de consentimento: inarbitrabilidade	1024
4.1. Limites subjetivos da cláusula compromissória: vinculação específica que não pode ser presumida. Inarbitrabilidade subjetiva	1027
4.1.1. Ainda sobre a inarbitrabilidade subjetiva: associações de "gaveta"	1032
4.2. Limites objetivos da cláusula compromissória: inarbitrabilidade objetiva	1034
5. Conclusões e comentários finais	1039
Referências Bibliográficas	1041

XXXVIII. ARBITRAGEM DE CLASSE E TUTELA COLETIVA DE INVESTIDORES NO ÂMBITO DA LEI Nº 7.913/892, 1047

Nicole Raca Bromberg

1. Por que a experiência norte-americana não serve como modelo para o Brasil.....	1049
2. Direitos coletivos são arbitráveis?.....	1055
2.1. Direitos individuais homogêneos.....	1057
2.2. Direitos difusos e coletivos (<i>stricto sensu</i>).....	1062

3. O Ministério Público e as associações civis não estão vinculados à cláusula compromissória celebrada pelos investidores	1066
4. Sentença arbitral e coisa julgada <i>erga omnes</i>	1072
5. Publicidade e transparência em arbitragem: uma omissão legislativa	1079
6. Obstáculos para participação de investidores e terceiros em uma arbitragem coletiva.....	1083
Conclusão	1089

XXXIX. REFLEXOS DA SIMULAÇÃO SUBJETIVA NA AQUISIÇÃO DE QUOTAS DO CAPITAL SOCIAL, 1091

Paula da Rocha e Silva Formoso

1. Introdução	1091
2. Liberdade de escolha dos empresários e seus limites.....	1092
3. Simulação subjetiva e a validade do negócio jurídico	1096
4. Consequências da simulação subjetiva no ingresso de sócio nos quadros sociais	1101
5. Conclusão	1104
Referências bibliográficas	1104

XL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL E LITISCONSÓRCIO, 1107

Paulo Roberto Grava Brazil

I. Introdução	1107
II. Recuperação Judicial e Litisconsórcio: Algumas Premissas.....	1110
III. Litisconsórcio, Recuperação e Jurisprudência	1112
IV. O principal estabelecimento e a recuperação em litisconsórcio	1116
V. O pedido de recuperação judicial em litisconsórcio	1117
VI. A excepcionalidade da imposição do litisconsórcio em consolidação substancial	1119
VII. Plano de Recuperação Judicial e Assembleia de Credores.....	1121
VIII. O litisconsórcio no Projeto de Lei n. 6229, de 2005	1125
IX. Conclusão	1128
Bibliografia	1129

XLI. AS *CLASS ACTIONS* NOS ESTADOS UNIDOS, 1131

Renato Berger

1. Introdução	1131
2. Origem e Fontes Legais Atuais	1132
3. Noções Fundamentais e Delimitação Geral da Controvérsia.....	1135
4. Certificação da Classe.....	1137
4.1. Primeiro Parâmetro Preliminar – Classe Passível de Identificação	1138
4.2. Segundo Parâmetro Preliminar – Representante Membro da Classe.....	1139
4.3. Terceiro Parâmetro Preliminar – Pretensão Real e Ativa	1140
4.4. Primeiro Requisito da Regra 23(a) – Numerosidade	1141
4.5. Segundo Requisito da Regra 23(a) – Comunhão de Interesse	1141
4.6. Terceiro Requisito da Regra 23(a) – Tipicidade.....	1143
4.7. Quarto Requisito da Regra 23(a) – Representação Adequada.....	1143
4.8. Requisitos da Regra 23(b).....	1145
5. Notificação aos Membros e Direito de Sair da Classe (“Opt-out”).....	1146
6. Acordos para Encerramento dos Litígios.....	1148
7. Particularidades das Class Actions Baseadas em Alegação de Fraude no Mercado de Capitais.....	1150
7.1. Necessidade de o Autor ter se Baseado na Declaração (“Reliance”)	1152
7.1.1. Teoria da fraude no mercado (“fraud-on-the-market”)	1153
7.1.2. A Presunção do Caso <i>Affiliated Ute</i> – Hipóteses de Omissão	1155
7.1.3. Teoria de que a Fraude Criou o Mercado (“Fraud-created-the-market”)	1156
7.2. Relevância da Declaração Falsa ou Omissão (“Materiality”)	1157
7.3. Intenção de Fraudar (“Scienter”)	1159
7.4. Nexo Causal (“Loss Causation”).....	1160
7.5. Sobre a Prova do Dano (“Damage”)	1162
7.6. Definição do Autor-Líder e dos Advogados da Classe	1163
7.7. Regras Diversas do PSLRA.....	1165

**XLII. CONFLITOS DE COMPETÊNCIA EM ARBITRAGEM
EMPRESARIAL: REFLEXÕES SOBRE A JURISPRUDÊNCIA DO
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 1167**

Sheila C. Neder Cerezetti e Mariana Martins-Costa Ferreira

Introdução	1167
1. Competência do juízo arbitral ou estatal? Aplicação do princípio Kompetenz-Kompetenz	1170
2. Evolução da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça em relação aos conflitos de competência em arbitragem empresarial....	1181
2.1. Medidas cautelares e de urgência	1185
2.2. Litígios envolvendo sociedades em crise	1190
2.3. Litígio envolvendo sociedade em recuperação judicial com cláusula arbitral estatutária	1194
3. Reflexões sobre o papel do Superior Tribunal de Justiça na resolução de litígios empresariais	1198
Conclusão	1204